

Antonio Gramsci, o homem filósofo

Gianni Fresu

Antonio Gramsci, o homem filósofo

Uma biografia intelectual

Tradução: Rita Matos Coitinho

Prefácio: Marcos Del Roio

Posfácio: Stefano G. Azzarà



© 2020, Boitempo
© 2019, AIPSA Edizioni, Cagliari (Itália), ww.aipsa.com

Título original: *Antonio Gramsci. L'uomo filosofo. Appunti per una biografia intellettuale.*
(coleção Política e Società)

Direção-geral Ivana Jinkings
Edição Isabella Marcatti
Coordenação de produção Livia Campos
Assistência editorial Carolina Mercês e Pedro Davoglio
Tradução Rita Matos Coitinho
Preparação Silvana Cobucci
Revisão Livia Campos e Sílvia Balderama Nara
Diagramação e capa Antonio Kehl
sobre desenho de Gilberto Maringoni,
inspirado em *Dylan* (1966), de Milton Glaser

Equipe de apoio: Artur Renzo, Débora Rodrigues, Dharla Soares,
Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira,
Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista,
Maurício Barbosa, Raí Alves, Talita Lima, Thais Rimkus, Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F941a

Fresu, Gianni, 1972-
Antonio Gramsci, o homem filósofo : uma biografia intelectual / Gianni
Fresu ; tradução Rita Matos Coitinho. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

Tradução de: Antonio Gramsci. "l'uomo filosofo" : appunti per una
biografia intellettuale
Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5717-002-1

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Comunistas - Itália - Biografia.
I. Coitinho, Rita Matos. II. Título.

20-64556

CDD: 923.3543
CDU: 929:330.85

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: julho de 2020

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 | 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

SUMÁRIO

Nota do autor.....	11
Prefácio, <i>Marcos Del Roio</i>	13
PRIMEIRA PARTE – O JOVEM REVOLUCIONÁRIO.....	17
1. As premissas de um discurso ininterrupto	19
2. Dialética <i>versus</i> positivismo: a formação filosófica do jovem Gramsci	31
3. Autoeducação e autonomia dos produtores	47
4. Lênin e a atualidade da revolução.....	59
5. <i>L'Ordine Nuovo</i>	75
6. Origem e derrota da revolução italiana.....	85
7. O problema do partido.....	93
8. Refluxo revolucionário e ofensiva reacionária	105
SEGUNDA PARTE – O DIRIGENTE POLÍTICO.....	117
1. O Partido novo.....	119
2. O Comintern e o “caso italiano”	135
3. Rumo a uma nova maioria.....	163
4. Gramsci à frente do Partido	177
5. O amadurecimento teórico entre 1925 e 1926.....	187
6. O Congresso de Lyon	195
TERCEIRA PARTE – O TEÓRICO.....	209
1. Das contradições da Sardenha à questão meridional.....	211
2. Os <i>Cadernos</i> : o início conturbado de um trabalho “desinteressado”	237
3. Relações hegemônicas, relações produtivas e os subalternos.....	243
4. O transformismo permanente.....	253
5. Premissas históricas e contradições <i>congênitas</i> da biografia italiana.....	267
6. “O velho morre e o novo não pode nascer”	281
7. A dupla revisão do marxismo e o ponto de contato com Lukács.....	295

8. Tradutibilidade e hegemonia.....	317
9. O homem filósofo e o gorila amestrado	333
10. Michels, os intelectuais e o problema da organização	349
11. O dismantelamento dos velhos esquemas da arte política	365
CONCLUSÃO	377
Posfácio – Antonio Gramsci: o marxismo diante da modernidade, <i>Stefano G. Azzarà</i>	383
Cronologia – vida e obra	391
Bibliografia.....	407
Índice onomástico	419

Como vimos, o encontro com Turim teve importância capital na biografia humana e intelectual de Gramsci, porque essa cidade representava para ele a vanguarda material e espiritual das forças sociais progressivas em âmbito nacional, graças a sua classe operária.

Fascinado pela nova realidade, ele mesmo sublinhou o formidável dinamismo da “Petrogrado Italiana”. Quando a capital foi retirada de Turim, primeiro levada para Florença e depois para Roma, a cidade piemontesa forneceu ao novo Estado unificado todo seu pessoal técnico e administrativo, perdendo grande parte de sua pequena e média burguesia intelectual. Essa mudança de papel, contudo, em vez de levar ao redimensionamento da cidade, produziu uma transformação radical e um novo desenvolvimento. Isso porque, daquela cidade, onde antes predominava a pequena indústria e o comércio, despontaria a capital da grande indústria, atraindo para si a nata da classe operária italiana.

Nela predominava a produção metalúrgica e, em particular, automobilística; somente no setor siderúrgico trabalhavam 50 mil operários e 10 mil técnicos e empregados. De acordo com Gramsci, seus gerentes, a maioria operários qualificados, não tinham a mentalidade pequeno-burguesa dos operários qualificados de outros países, como a Inglaterra. O componente mais presente era o dos trabalhadores metalúrgicos, cujas disputas frequentemente ganhavam alcance geral, estendendo-se às demais categorias e assumindo caráter político, mesmo quando partiam de demandas puramente sindicais.

Aquí, após a breve experiência juvenil com *L'Unione Sarda*, Gramsci comprometeu-se em nível profissional em sua atividade de publicista, colaborando, a partir de 1915, na redação turinense de *L'Avanti!* e logo em *Il Grido del Popolo*, no qual se tornou um dos mais importantes e prestigiados redatores, distinguindo-se em particular na coluna *Sotto la Mole*:

É um tipo novo de jornalismo, no qual a temática cultural e o aprofundamento ideológico articulam-se, harmonizam-se, com a propaganda e a educação popular. A sátira polêmica aguda e apropriada converge com o amadurecimento teórico.¹

Não foi apenas uma tentativa profissional ou um instrumento de ação militante. Já nos anos da juventude na Sardenha, o jornalismo foi para Gramsci uma grande paixão abrangente. Agora, numa realidade tão diferente da de sua terra, o exercício do jornalismo passou a ser um meio de afirmação existencial, graças ao qual sua personalidade e sua capacidade intelectual encontraram uma forma de se expressar e de se impor no panorama do socialismo turinense.

Em seu prefácio a uma recente antologia sobre o jornalismo, Luciano Canfora destacou o valor da declaração de Gramsci durante o interrogatório de 9 de fevereiro de 1927, logo após sua prisão. Como se sabe, perante o juiz investigador Enrico Macis, Gramsci rejeitou as acusações de conspiração, afirmando a total publicidade de sua atividade como deputado e sobretudo como jornalista. Mas, segundo Canfora, não se tratava apenas de uma declaração defensiva, era a reivindicação de uma profissão: “A de jornalista, que Gramsci assumiu como seu trabalho, tendo deixado para trás o mundo universitário, onde a amizade do linguista Matteo Bartoli também lhe abriu uma significativa alternativa de vida”².

Uma vez mais, isso é decorrente de sua concepção unitária da filosofia da práxis, na qual a análise ontológica (“ser”) e a ambição deontológica (“dever ser”) se unificam organicamente em coerência com uma singular (nova) visão integral do mundo. Por esse motivo, para Gramsci, o jornalismo era uma trincheira fundamental no terreno da luta hegemônica, na disputa entre o marxismo e as outras filosofias. Diferentemente do materialismo histórico, a ideologia liberal, em todas as suas diversas articulações (filosofia, direito, história, economia), podia dispor de uma tradição consolidada, refinada ao longo dos séculos, com meios (universidades, escolas, jornais, editoras, organizações culturais) incomparavelmente maiores, além de um contingente intelectual preparado, expressão orgânica e não episódica de interesses concretos.

Gramsci atribuía não apenas à ciência histórica, mas também ao jornalismo, uma função essencial na construção de uma consciência crítica dos grupos subalternos, seja por mascarar as formas latentes, embrionárias e abertas de direção por parte da outra classe, seja por construir uma visão própria, orgânica e coerente do mundo. Nesse sentido, no *Caderno 6*, tratou da necessidade de

¹ Eugenio Garin, *Con Gramsci* (Roma, Editori Riuniti, 1997), p. 7.

² Antonio Gramsci, *Il giornalismo, il giornalista. Scritti, articoli, lettere del fondatore de “l’Unità”* (org. Gianluca Corradi, Florença, Tessere, 2017), p. XIII.

formar jornalistas “tecnicamente preparados para compreender a vida orgânica de uma grande cidade, definindo nesse quadro (sem pedantismo, porém sem superficialidades e sem ‘improvisações brilhantes’) cada problema singular à medida que se torna atual”³. Para o intelectual sardo, o jornalista, não somente o redator-chefe, mas também o redator de notícias, deveria ter o preparo técnico necessário para exercer também outras funções de direção política (administrador, prefeito, membro de um conselho provincial); assim, “as funções de um jornal devem equiparar-se às correspondentes funções administrativas”⁴.

Gramsci fala do “chefe orgânico” como uma figura de grande profundidade intelectual, capaz de resumir os aspectos mais gerais e constantes da vida de uma cidade, colocando-os no centro da atividade jornalística e afastando-os dos elementos episódicos da atualidade. O tema da organicidade na profissão de jornalista foi retomado no *Caderno 14*, no qual essa atividade é apresentada como “exposição de um grupo que deseja, por meio de diversas atividades de publicização, difundir uma concepção integral do mundo”⁵. De modo sistemático, tudo isso se evidenciava nas publicações anuais, os Almanques, em que o grupo divulgava sua própria visão de mundo, conferindo-lhe forma homogênea e coerente com o nível de organicidade assumido pelas concepções gerais das coisas⁶. O “jornalismo integral” deveria ser capaz não apenas de “satisfazer as aspirações de seu público, mas também de criar essas aspirações e até mesmo de criar o próprio público”⁷.

Apesar de Gramsci não assinar grande parte de seus artigos e de recorrer a pseudônimos ou no máximo usar as próprias iniciais, sua fama nos ambientes socialistas e intelectuais não demorou a se difundir. Em algumas de suas memórias, Alfonso Leonetti, que se tornaria uma figura de destaque do grupo ordinovistas, descreveu o encontro com Gramsci como um momento de guinada que o induziu a rever toda sua formação política e teórica, recordando as intermináveis discussões editoriais ocorridas sob as marquises ou durante as caminhadas nas

³ Idem, *Quaderni del carcere* (Turim, Einaudi, 1977), p. 778.

⁴ Idem.

⁵ Ibidem, p. 1.719.

⁶ Nessa perspectiva, o problema fundamental dizia respeito, antes de tudo, à dimensão ideológica, isto é, se o jornal ou periódico atendia às necessidades político-intelectuais de seu público. No entanto, também na forma de apresentação da publicação, sua linha editorial exigia o mesmo cuidado com o conteúdo ideológico e intelectual, pois há uma relação inseparável entre esses dois elementos. “Um bom princípio (mas nem sempre) é de dar um aspecto externo à publicação que por si só seja notado e lembrado: é um anúncio gratuito, por assim dizer. Mas nem sempre, porque depende da psicologia do público em particular que você deseja conquistar” (ibidem, p. 1.742).

⁷ Ibidem, p. 1.725.

colinas, a abordagem característica de Gramsci⁸, seu rigor intelectual, o respeito com que se apresentou no primeiro encontro, na redação no *corso* Siccardi, n. 12 (endereço da Casa del Popolo, sede do Partido Socialista Italiano (PSI), da Camara del Lavoro [Câmara do Trabalho] e da redação piemontesa de *L'Avanti!*), em Turim, numa quente manhã do verão de 1918.

Sobre ele, eu só sabia o que Giuseppe Scalarini – o conhecido caricaturista de *L'Avanti!* – e Alessandro Schiavi me disseram durante minha passagem por Milão: que em Turim eu encontraria um poderoso jovem escritor socialista chamado Gramsci, a quem eles recomendaram que me dirigisse, confiando-lhe minha iniciação no movimento operário turinense.⁹

Em sua famosa biografia, Giuseppe Fiori assim descreve a estreia de Gramsci no campo do jornalismo: “Nascia um novo escritor, totalmente diferente daqueles com os quais os leitores dos jornalistas socialistas estavam acostumados”¹⁰. Em sua coluna, Gramsci escrevia artigos com um tom decididamente mais culto do que a média dos publicistas socialistas:

Eram peças satíricas, pequenas joias que faziam do jovem escritor da Sardenha um panfletário exemplar, único num país onde o panfleto é um gênero quase desconhecido [...]. Em todos os escritos de Gramsci, desde pequenos ensaios teóricos até crônicas teatrais, destacava-se um novo estilo: a transição da ênfase proclamatória dos Rabezzana e Barberis para o gosto pelo raciocínio; a linguagem acurada, em tempos de pureza clássica, tão distante da dos velhos.¹¹

Il Grido del Popolo [O grito do povo] constituiu uma primeira resposta importante às exigências de aprofundamento teórico e de ação revolucionária que os acontecimentos de 1917 suscitaram na nova geração socialista. No penúltimo número, de 19 de outubro de 1918¹², Gramsci pôde despedir-se de seus leitores

⁸ “Gramsci não manifestava reações aparentes, o que não o impedia de sentir profunda amizade ou de simpatizar com as pessoas. Gramsci era tão indulgente e paciente com um operário quanto severo, violento e sem qualquer paciência com um intelectual” (Alfonso Leonetti, “Gramsci, i Consigli di fabbrica e il Congresso di Livorno”, em Carlo Salinari, *I comunisti raccontano*, v. 1: 1919-1945, Milão, Teti, 1975, p. 14).

⁹ Idem.

¹⁰ Giuseppe Fiori, *Vita di Antonio Gramsci* (Roma/Bari, Laterza, 1989), p. 118-9.

¹¹ Idem.

¹² Quando a seção socialista turinense, proprietária do semanário, decidiu-se pelo fechamento para dedicar todos os seus esforços financeiros, organizativos e intelectuais às edições turinenses de *L'Avanti!*, *Il Grido del Popolo* encerrou suas publicações.

com um balanço respeitável e com a satisfação de ter deixado um trabalho denso, contribuindo com a elevação política e cultural dos socialistas de Turim:

Il Grido buscou tornar-se, tal como os semanários de crônicas e de propaganda evangélica, uma pequena resenha de cultura socialista, desenvolvida de acordo com a doutrina e a tática do socialismo revolucionário [...]. *Il Grido* tratou de definir uma direção precisa, ideal, e certamente o conseguiu, já que os jornais adversários o veem como um exemplo de frenético (!) bolchevismo.¹³

Com a efervescência decorrente da Revolução de 1917, os conflitos tornaram-se acirrados e tumultuados. As forças populares retomaram a dianteira, agora conscientes de que podiam desempenhar um papel decisivo nos destinos da nação. Manifestavam as expectativas e esperanças num futuro agora muito próximo, no qual tudo tinha de mudar. Nesse contexto, em 1º de maio de 1919, passou-se a publicar *L'Ordine Nuovo: Rassegna settimanale di cultura socialista* [A Nova Ordem: Revista semanal de cultura socialista]. Seu nascimento certamente estava ligado à força disruptiva dos eventos, à urgência do momento, à necessidade de passar à ação no período mais agudo da expansão revolucionária do século XX. Mas se a situação de urgência foi decisiva para impulsionar a ação do conselho editorial (composto por Ottavio Pastore, Palmiro Togliatti, Alfonso Leonetti, Leo Galetto e, precisamente, Antonio Gramsci), o entusiasmo militante da época também contribuiu para a aceleração ocorrida mesmo na ausência de uma efetiva homogeneidade político-cultural no interior daquele conselho.

Como lembrou o próprio Gramsci, num editorial ao qual voltaremos mais adiante, o único sentimento que unia o conselho editorial em sua primeira fase “era o suscitado por uma vaga paixão de uma vaga cultura proletária; queríamos fazer, fazer, fazer, estávamos angustiados, sem orientação, mergulhados na vida ardente daqueles meses pós-armistício, quando parecia iminente o cataclismo da sociedade italiana”¹⁴.

Nos anos de *L'Ordine Nuovo*, Turim era a ponta mais avançada da expansão industrial italiana e vivia de maneira traumática o aumento exponencial da população operária. Era a primeira cidade da Itália a experimentar o processo produtivo taylorista, com tudo o que isso implicava no plano da organização do trabalho, do ritmo produtivo, das próprias relações sociais.

¹³ Antonio Gramsci, “*Il Grido del Popolo* (19 ottobre 1918)”, em *Scritti giovanili 1914-1918* (Turim, Einaudi, 1958), p. 325.

¹⁴ Idem, “Il programma del *L'Ordine Nuovo* 1920”, em *L'Ordine Nuovo 1919-1920* (Turim, Einaudi, 1954), p. 619.

Em Turim, mais do que em outras cidades italianas, a classe operária, com sua luta, conseguiu uma forte subjetividade política, de modo que, já em 1913, pôde impor o contrato coletivo de trabalho. Tudo isso, além de fazer da classe operária turinense – sobretudo a ligada à Fiat – algo inédito no panorama nacional, permitiu, como escreveu Franco De Felice, “uma verificação em massa das antigas verdades marxistas sobre a socialização da produção e a massificação como outra face do desenvolvimento do capital e da classe trabalhadora como sujeito social definido, capaz de reorganizar a produção e a sociedade com base no trabalho”¹⁵. Foi nessa realidade que Gramsci desenvolveu a ideia da estreita relação entre produção e revolução como antítese da delegação passiva aos organismos burocráticos, correlacionando a experiência dos conselhos com o desenvolvimento da luta de classes na Europa¹⁶.

Essa necessidade expressou-se na vontade de fazer dos conselhos de fábrica uma primeira forma de autogoverno da classe operária, prelúdio da futura sociedade socialista, a fim de afirmar, ainda antes da ruptura revolucionária, sua unidade e autonomia. Assim, a autogestão produtiva passou a servir a um objetivo estratégico: levar o proletariado a adquirir uma psicologia de classe dominante. Na visão do Gramsci *ordinovista* e também do Gramsci dos *Cadernos*, operários e massas populares só poderiam libertar-se de sua própria subalternidade tomando plena consciência da legitimidade, mais do que da necessidade histórica, do próprio Estado. Como veremos, Gramsci pensava o sujeito revolucionário como bloco social, no interior do qual, a partir de seu papel na produção, a classe operária deveria assumir a tarefa de dirigir os “estratos subalternos” e os grupos sociais intermediários hesitantes, de modo que, nas fases mais críticas da radicalização revolucionária, pudessem desorganizar toda a estrutura estatal burguesa.

Naqueles anos, o movimento operário carecia de uma direção política e de uma estratégia capaz de superar a *psicologia parasitária* da “inevitabilidade da revolução”. Para Gramsci, o PSI não se distinguia dos outros partidos e, para além de suas incendiárias proclamações revolucionárias, restringia sua atividade política ao direito de tribuna institucional, sem viabilizar um trabalho destinado à conquista da maioria dos explorados. Incapaz de desenvolver uma política voltada para os estratos intermediários da cidade e do campo, o PSI limitou-se a absorver em seu programa as questões dos camponeses. Tudo isso explicava o isolamento da classe operária durante o “biênio vermelho”, apesar do estado de perene mobilização pré-insurrecional dos trabalhadores agrícolas. As batalhas e

¹⁵ Franco De Felice, “Introduzione al Quaderno 22”, em *Americanismo e fordismo* (Turim, Einaudi, 1978), p. VIII.

¹⁶ Gianni Fresu, *Il diavolo nell'ampolla. Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito* (Nápoles, Istituto Italiano per gli Studi Filosofici/La Città del Sole, 2005), p. 43-54.

as primeiras reflexões de Gramsci sobre a relação entre grupos dirigentes e massas nasceram precisamente dessa dramática contradição entre a forte consciência de viver um período histórico revolucionário e a concomitante percepção da inadequação estrutural do partido político da classe operária italiana.

Franco De Felice chamou a atenção para a maneira como Gramsci evidenciou uma das coordenadas essenciais da ordem capitalista, alicerçada na distinção entre sociedade civil e sociedade política: a diferenciação entre burguesia e cidadão. Para subverter aquela ordem – arraigada na proeminência do momento político –, era necessário “recuperar, como ponto de partida, as relações de produção, as quais, numa sociedade capitalista, evidenciam a divisão em classes e a contradição fundamental da sociedade burguesa”¹⁷, fazendo da produção a fonte do poder e da soberania, porque a economia não se limita à produção de bens, mas envolve também a produção de relações sociais.

Em outras palavras, segundo Gramsci, para se tornar classe dominante, o proletariado deveria fazer coincidir função econômica e função política, ou seja, a ação econômica deveria garantir, ao menos na mesma proporção que a ação política, a efetiva autonomia dos trabalhadores. A autodeterminação econômico-social representava a precondição para que sua ação política assumisse “valor histórico real”. O conselho de fábrica era, portanto, a base em que a classe operária deveria exercer sua direção econômica em função de uma completa direção política. Nesse sentido, a perspectiva do soviete político deveria surgir da construção orgânica dos conselhos de fábrica:

O conselho de fábrica e o sistema de conselhos de fábrica testam e revelam em primeira instância as novas posições que a classe operária ocupa no campo da produção; conferem à classe operária consciência de seu valor atual, de sua real função, de sua responsabilidade, de seu dever. A classe operária aprende com a soma de experiências positivas que cada indivíduo obtém pessoalmente, adquire a psicologia e as características de classe dominante, e como tal se organiza, isto é, cria o soviete político, instaura sua ditadura.¹⁸

As elaborações de Gramsci naqueles anos refletiam as diversas experiências e teorias sobre a democracia dos conselhos, mas encontravam em Lênin e na revolução soviética seu principal motivo de inspiração. A transformação dos conselhos de fábrica no primeiro núcleo da futura sociedade soviética retirou o movimento operário do abstracionismo ideológico, da fraseologia radical e vazia

¹⁷ Ibidem, p. XIII.

¹⁸ Antonio Gramsci, “Lo strumento di lavoro (*L'Ordine Nuovo*, anno I, n. 37, 14 febbraio 1920)”, em *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 413.

e da inércia típica da psicologia passiva centrada na inevitabilidade da revolução, transformada em ato de fé.

Gramsci dirigiu duras críticas à absoluta indeterminação dos discursos dos intelectuais e dirigentes socialistas sobre a estrutura econômica italiana e sobre o conceito de revolução em geral, nos quais a exigência retórica da persuasão prevalecia sobre as reais intenções de compreensão da realidade. Em suas acusações dirigidas ao *verbalismo maximalista* estavam contidas condenações a todo um grupo de dirigentes que, uma vez constituídos enquanto tais, já não se preocupavam em estudar com profundidade a formação econômico-social italiana:

Os reformistas e os oportunistas evitam as determinações concretas. Estes, que se pretendem depositários da sabedoria política e da ampola com o diabo dentro, nunca mais estudaram os problemas reais da classe operária italiana e do devir socialista, perderam qualquer contato físico e espiritual com as massas proletárias e com a realidade histórica [...], preferem o jogo de apostas e a intriga parlamentar ao estudo sistemático e profundo da realidade italiana.¹⁹

Segundo Gramsci, em quase quarenta anos de existência, o PSI não foi capaz de produzir sequer um livro sério sobre o desenvolvimento das relações de produção na Itália. Isso desarmou a classe operária, tornando-a presa fácil de uma fraseologia revolucionária inútil e sem bases analíticas, projeto ou perspectiva.

Não obstante os limites da direção política e sindical, para Gramsci a classe operária conseguiu alcançar um alto grau de autonomia, criou seus institutos representativos, tomou consciência de si e de suas possibilidades de autogoverno. Graças aos conselhos, “e sem a ajuda dos intelectuais burgueses”²⁰, a classe operária pôde compreender profundamente o funcionamento de todo o aparelho de produção e de troca, transformando em patrimônio coletivo a experiência real de cada um de seus integrantes”. A partir da unidade elementar de seu grupo de trabalho, tinha tomado consciência de sua posição no campo econômico, autoeducando-se em sentido socialista. Esse florescimento vital da subjetividade conseguiu se sobrepor ao pesado legado da guerra, que deixara o país dilacerado, empobrecido e dominado pelas contradições sociais. Um efeito colateral da maior guerra da história foi o desencadeamento da participação de grupos sociais até então passivos, a ponto de criar um quadro totalmente novo para a “política de massas”.

A Primeira Guerra Mundial despertou imensas forças sociais ao lançar no cenário internacional grandes massas, enviadas para o extermínio como “carne para canhão”, na maior guerra imperialista jamais vista.

¹⁹ Ibidem, p. 414.

²⁰ Idem.

A guerra representou um terrível choque para a Itália, unificada há menos de meio século. Custou-lhe 680 mil mortos, meio milhão de mutilados e inválidos, mais de 1 milhão de feridos [...]. Em nenhum país a desmobilização suscitou problemas tão graves. Os meios tradicionais de emigração, por meio dos quais foram canalizados, em 1913, cerca de 900 mil trabalhadores, sobretudo camponeses sem terra, fecharam-se cada vez mais. Onde posicionar os que retornavam do *front* e por quanto tempo a indústria de guerra poderia manter 1 milhão de pessoas que nela trabalhavam? Como transformar a indústria de guerra numa indústria de paz? Em meio à desordem geral, aos conflitos persistentes e às renascidas ambições, como abrir caminho para o mercado mundial, golpeado, empobrecido e povoado de concorrentes implacáveis, mais bem preparados e mais bem organizados?²¹

A crise econômica e moral do pós-guerra foi particularmente grave na Itália, marcada por uma estagnação que coincidiu com o retorno dos soldados do *front* e com a dificuldade de reconverter a economia de guerra em produção civil. Algumas poucas categorias se beneficiaram e lucraram com a guerra, mas a imensa maioria da população assistiu a uma grande deterioração de suas condições de vida. A inflação, o desemprego em massa, o aumento da exploração e a contração do poder aquisitivo dos salários atingiram níveis muito altos. A guerra custou ao país um preço enorme em termos de vidas e custos sociais, sem alcançar nenhum dos objetivos estratégicos pactuados no Tratado de Londres ou dos propagandeados pelo governo para favorecer a mobilização geral do povo.

A Primeira Guerra Mundial provocou uma profunda crise econômica, política e cultural na sociedade europeia. A guerra foi invocada como progresso e purificação da humanidade, mas, sob a embriaguez da retórica patriótica e militar, restava um quadro social profundamente desagregado e marcado por fatores explosivos, dentre os quais: a ineficácia e a instabilidade do sistema liberal; o empobrecimento e a redução da classe média; a irrupção na cena política das grandes massas populares mobilizadas durante o conflito. Os historiadores já falaram da crise moral e de identidade de uma burguesia inquieta pelo crescimento do movimento operário e camponês e temerosa do exemplo da Revolução de Outubro de 1917. Esse contexto dramático e ao mesmo tempo emocionante, no qual o “velho mundo” parecia destinado a morrer de uma hora para outra, marcou profundamente as escolhas de vida de Gramsci, consagradas à militância política, e seu percurso teórico, sempre problematicamente voltado para essas contradições em curso. A Itália era um ponto nevrálgico na crise civilizatória europeia, e não por acaso ali surgiram as condições para o advento do fascismo.

²¹ Angelo Tasca, *Nascita e avvento del fascismo* (Bari, Laterza, 1972), p. 17.

Para Gramsci, a guerra representou uma cisão profunda nas relações sociais da Europa. Arrancados de suas realidades particulares, camponeses, operários e trabalhadores viram-se lançados no palco do conflito, numa dimensão geral em que suas condições de exploração e opressão civil foram reconectadas de uma maneira que já não disfarçava a ordem política e econômica da qual se sentiam irremediavelmente excluídos. Eles foram convocados para combater e morrer em defesa daquela ordem, mas agora, terminado o conflito, aquelas mesmas massas irrompiam, como o magma, na vida social e política, não mais dispostas a retornar à passividade do passado. O exemplo da Revolução de Outubro desempenhou um papel determinante nessa mudança de consciência, representando, no imaginário coletivo de milhões de pessoas, uma prova da possibilidade concreta de subverter o estado de coisas, de modo a levar o socialismo a deixar de ser uma mera utopia. Como articular aquela imensa força social numa forma de integração política forte o suficiente e à altura de construir os alicerces do futuro Estado socialista? “Como amalgamar o presente e o futuro, satisfazendo as urgentes necessidades do presente e efetivamente trabalhando para criar e antecipar o porvir?”²² Entre 1918 e 1922, as reflexões e o empenho político de Gramsci giraram em torno dessas questões teóricas e práticas.

A seu ver, essa conexão já estava presente e residia nas instituições da vida social dos trabalhadores. Só faltava dar-lhe forma orgânica e articulada para criar de fato uma democracia operária contraposta ao Estado burguês, de modo a substituí-lo em todas as suas funções. Tais institutos representavam, pois, o instrumento por meio do qual as massas adquiririam a titularidade e a direção efetiva do processo revolucionário, fortalecendo-se e autoeducando-se para esse papel.

O proletariado não poderia simplesmente se apossar da máquina estatal burguesa e, como se nada fosse, mudar sua direção. O trabalho de assumir as funções da direção administrativa, econômica e política do Estado requeria um preparo e uma autodisciplina que exigiram séculos de refinamento por parte da burguesia. Como o proletariado não dispunha de todo esse tempo, precisava aproveitar a oportunidade oferecida pela crise das velhas classes dirigentes para não desperdiçar a radicalização das massas populares contra a velha ordem. Era o mesmo problema com o qual se deparava Lênin em relação à estratégia revolucionária, entendida com grande força e profundidade por Gramsci – a ideia de antecipar a construção do Estado socialista valorizando a articulação dos conselhos e das associações das classes subalternas.

Em *O Estado e a revolução*, Lênin destacou a ambivalência dos sistemas democráticos e sua tendência a gerar não apenas o conflito entre capital e trabalho, mas contradições entre a dimensão formal da igualdade, encerrada na

²² Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 87.

dimensão negativa da liberdade (inviolabilidade da esfera individual por parte do Estado), e o esvaziamento da soberania popular em benefício do “garantismo individualístico-proprietário” por meio do instituto da representação. Isso induz a uma involução, e não ao desenvolvimento da esfera democrática e à deterioração burocrática do Estado político. Segundo Lênin, a transformação do homem em coisa e dos fins em meio não se realiza somente nas relações de produção da riqueza, mas também nas relações políticas delas decorrentes. A construção de relações sociais distintas das burguesas deve partir da inversão da relação entre o homem e o objeto por ele produzido, seja nas relações sociais e econômicas, seja nas relações políticas. Segundo Cerroni, a luta, para Lênin, deve desenvolver-se em ambas as vertentes, sem dogmatismo nem atalhos.

Em todo o caso, é proibido começar pelos dois lados ao mesmo tempo: enaltecer o dogma da iniciativa violenta e da ditadura do proletariado como uma forma de Estado (monopartidarismo) e não como um tipo de sociedade (eliminação do capitalismo e da burguesia como classe) pode significar (significou historicamente) que não se começa nem de um jeito nem do outro. Assim tem sido no Ocidente, onde o reformismo e o extremismo continuam a lutar pela verdade.²³

O problema do Estado, escreveu Lênin no prefácio a *O Estado e a revolução*, assume, especialmente na fase de exacerbação dos conflitos imperialistas, uma centralidade não apenas teórica, mas política. Sobretudo para superar os esquemas evolutivos da social-democracia internacional, a qual, numa fase de desenvolvimento relativamente pacífico, se submeteu aos interesses burgueses até mesmo no plano político-institucional, a ponto de afirmar a impossibilidade de se superar as formas representativas das instituições parlamentares burguesas. Citando *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Lênin retomou a ideia do Estado como produto das relações sociais fundadas na propriedade privada, gerado pela necessidade de defendê-la diante do conflito de classe. Para além das representações idealistas, as quais descrevem o Estado como expressão das ideias morais, os ideólogos da burguesia definiram o Estado como uma entidade acima das partes, com função conciliatória entre os interesses contrapostos e em luta (o particular com o universal). Mas o Estado não é um terceiro corpo, é um lado da barricada do conflito, um órgão do domínio de classe, “o comitê dos interesses da burguesia”. A república democrática, escreveu Lênin, é o melhor invólucro

²³ Umberto Cerroni, “Introduzione”, em Vladimir Ilitch Lênin, *Stato e rivoluzione* (Roma, Newton Compton, 1975), p. 35 [ed. bras.: *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, trad. Edições Avante! e Paula Almeida, São Paulo, Boitempo, 2017].

possível para o capitalismo porque garante estabilidade, firmeza e continuidade para o seu domínio, não sendo abalado pelas mudanças de pessoas e partidos à frente dos governos, mesmo que eleitos por sufrágio universal. Um dos temas centrais dessa obra é a polêmica com os sociais-democratas acerca da superação do Estado burguês, por eles apresentada como um processo gradual de extinção que se dá pelos efeitos das reformas sociais que põem fim à sua necessidade histórica. Desse modo, de acordo com Lênin, omite-se e abandona-se o momento da ruptura revolucionária, a supressão radical e imediata por meio da socialização dos meios de produção e a distribuição das velhas bases sociais. Mas isso não significa que, no regime capitalista, é preciso se contrapor ou ser indiferente às formas da república democrática; simplesmente não se deve ter ilusões sobre as limitações às mudanças sociais internamente a essa forma institucional:

Somos pela república democrática como melhor forma do Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática.²⁴

Assim, para Lênin, a transição para o socialismo só pode ocorrer quando o proletariado se organiza como classe dominante, concentrando no Estado, sob sua direção, todos os elementos da produção, porém esse processo precisa ser iniciado muito antes. Ele considerava uma ilusão pequeno-burguesa a pacífica submissão da minoria (a classe dominante) à maioria do povo. Recordando *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Lênin analisou o processo de aperfeiçoamento dos poderes (legislativo, executivo e jurídico-repressivo) do Estado burguês por meio das diversas revoluções por que passou. Na base do poder estatal centralizado encontramos instituições que Lênin definiu como parasitárias: a burocracia e o exército. Por meio dessas duas articulações, a grande burguesia consegue dirigir a pequena e a média burguesia (urbana e rural), garantindo seu emprego no aparelho estatal e um status social que a diferencia do resto do povo, levando-as a aderir ao próprio bloco social, questão a que Gramsci retornou diversas vezes. Falando dos “países mais desenvolvidos” e da consolidação da máquina estatal na época do imperialismo, Lênin destacou o reforço dos instrumentos repressivos contra a luta de classes, mas, ao mesmo tempo, já observava a existência de outras formas mais complexas de direção, que iam além do mero domínio, o que depois seria objeto de estudo das notas que Gramsci escreveu na prisão:

Por um lado, a elaboração de um “poder parlamentar” tanto nos países repúblicanos (França, Estados Unidos da América, Suíça) quanto nos monárquicos

²⁴ Ibidem, p. 56 [ed. bras.: p. 41-2].

(Inglaterra, Alemanha até certo ponto, Itália, países escandinavos etc.); por outro lado, a luta pelo poder entre os diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses que distribuíam e redistribuíam a “presa” dos lugarzinhos burocráticos, deixando imutáveis os fundamentos da ordem burguesa; e, finalmente, o aperfeiçoamento e a consolidação do “Poder Executivo”, de seu aparelho burocrático e militar.²⁵

A questão do Estado e a forma da transição para o socialismo, problema central nos anos ordinovistas de Gramsci, são o centro das concepções de Lênin sobre revolução aqui expostas. O evento histórico da Comuna de Paris obrigou Marx e Engels a escrever um adendo ao *Manifesto do Partido Comunista*, com uma frase que emblematicamente foi incluída no prefácio à edição alemã de 1872: “A Comuna demonstrou, especialmente, que não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins”²⁶. Lênin interpretou essa frase como necessidade de se superar o Estado burguês e não simplesmente de se apossar dele pela via gradual e pacífica; em outras palavras, para Marx, era necessário destruir a máquina burocrática e militar do Estado como “condição prévia de qualquer revolução popular”. Já a ideia de uma revolução ampla e inclusiva, capaz de estender-se para além da classe operária até as outras classes populares num bloco social mais amplo, seria a negação do rígido e escolástico mecanismo teórico da Segunda Internacional e dos partidos social-democratas que se restringiam a ver a limitada alternativa entre a revolução burguesa e a revolução proletária. Nesse sentido, a Revolução Russa de 1905, além de seus resultados decepcionantes, não foi nem uma revolução burguesa, nem uma revolução proletária, e sim uma “revolução popular”, porque intimamente marcada pelo levante insurrecional das camadas sociais inferiores. Assim, com base na afirmação de Marx, Lênin explicitou seu pensamento sobre o conceito de revolução popular, indicando uma perspectiva de aliança de classe, que depois seria fundamental para a definição do conceito de “bloco social” em Gramsci:

Na Europa de 1871, o proletariado não constituía a maioria do povo em nenhum país do continente. A revolução “popular” que arrasta verdadeiramente a maioria para o movimento só podia ser popular englobando tanto o proletariado quanto o campesinato. Ambas as classes constituíam, então, o “povo”. Ambas as classes estão unidas porque a “máquina de Estado burocrático-militar” as oprime, as esmaga, as explora. *Quebrar* essa máquina, *demoli-la* – esse é, verdadeiramente, o interesse do “povo”, de sua maioria, dos operários e da maioria dos camponeses,

²⁵ Ibidem, p. 68 [ed. bras.: p. 55].

²⁶ Ibidem, p. 73 [ed. bras.: p. 60].

essa é a “precondição” da livre aliança dos camponeses pobres e dos proletários; sem tal aliança, a democracia é instável, e a transformação socialista, impossível.²⁷

Marx, portanto, não falou de “revolução popular” por um lapso, mas, muito realisticamente, o fez porque percebeu as relações de poder no continente em 1871, constatando o interesse comum dos operários e dos camponeses de derrotar a máquina estatal burguesa. A adaptação dos sociais-democratas às instituições tradicionais da sociedade burguesa, levando-os a afirmar sua indissolubilidade, deixara aos anarquistas o monopólio da crítica às relações de representação próprias do parlamentarismo clássico. Ao contrário, escreve Lênin, Marx evitou tanto a vaga fraseologia revolucionária quanto os desvios parlamentaristas. Ele rompeu com os anarquistas, “em razão de sua incapacidade para utilizar mesmo o ‘curral’ do parlamentarismo burguês, sobretudo quando manifestamente não há situação revolucionária – ao mesmo tempo, soube fazer uma crítica de fato proletário-revolucionária do parlamentarismo”²⁸.

Inevitavelmente vinculada aos problemas da transição socialista, a questão da direção técnico-administrativa, outro ponto de particular interesse de Gramsci, tornou-se essencial. Para Lênin, se não era possível eliminar repentina e completamente a burocracia, era necessário substituir a velha máquina administrativa por uma nova como ponto de partida para uma renovada organização do Estado, edificada sobre a centralidade das massas trabalhadoras. A substituição, tanto na administração estatal como nas empresas, dos velhos funcionários pelo “controle operário” era o caminho indicado por Lênin para levar a uma reorganização radical da sociedade, em sentido socialista. Ele estava convencido de que, uma vez derrubado o capitalismo, os trabalhadores poderiam assumir todas as funções técnicas até então gerenciadas por funcionários e por quadros da burguesia. Provavelmente esse é o aspecto mais utópico do pensamento de Lênin, que, depois de 1917, se depararia com uma realidade bem mais complexa, na qual teria de lidar com o despreparo do proletariado russo para assumir as funções burocráticas e com o problema da desorganização e da paralisia técnico-produtiva da Rússia na delicadíssima fase pós-revolução. Esse acabou sendo um dos objetivos mais difíceis de enfrentar. Lênin se viu forçado a abandonar a fórmula do “controle operário”, trazendo de volta os velhos técnicos para o controle da máquina administrativa e produtiva. Esse foi um dos elementos de maior desilusão e arrependimento dos últimos anos de vida de Lênin, sempre muito atento aos riscos de burocratização do jovem Estado soviético. Desse modo,

²⁷ Ibidem, p. 74 [ed. bras.: p. 63].

²⁸ Ibidem, p. 81 [ed. bras.: p. 69].

nem mesmo em *O Estado e a revolução* Lênin imaginava uma condição ideal de imediata palingênese revolucionária da máquina administrativa:

Não somos utopistas. Não “sonhamos” com dispensar *de uma só vez* toda administração, toda subordinação; esses sonhos anarquistas, baseados na incompreensão das tarefas da ditadura do proletariado, são fundamentalmente estranhos ao marxismo e só servem na realidade para protelar a revolução socialista até o momento em que as pessoas forem diferentes. Não, nós queremos a revolução socialista, com as pessoas como as de agora, que não poderão passar sem subordinação, sem controle, sem “administradores”.²⁹

A perspectiva da autoeducação dos produtores, que já no regime capitalista se preparam para tornar-se classe dirigente em seus institutos e associações da classe operária, assim como nas outras articulações do trabalho independente, representa, portanto, um resposta para o problema histórico vislumbrado pelo jovem Estado socialista em seus primeiros anos de vida e que significou o risco de levá-lo à morte antes de poder realizar um princípio de transição do velho para o novo.

²⁹ Ibidem, p. 84 [ed. bras.: p. 72].